

POR UMA LINGÜÍSTICA APLICADA ANTIRRACISTA, DESCOLONIAL E MILITANTE: RACISMO E BRANQUITUDE E SEUS EFEITOS SOCIAIS

FOR AN ANPPLIED NA ANTI-RACIST, DECOLONIAL AND MILITANT LINGUISTICS: RACISM AND WHITENESS AND THEIR SOCIAL EFFECTS

Marco Antonio Lima do Bonfim

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil
E-mail: marcoalbonfim@gmail.com

Resumo: No campo da Linguística Aplicada Brasileira existem algumas pesquisas (FERREIRA, 2015; MUNIZ, 2016; NASCIMENTO, 2019; SOUZA, 2011) que mobilizam as categorias linguagem, identidade e raça de maneira imbricada. Além disso, temos tido em nossa área, cada vez mais uma virada decolonial que tem buscado “alternativas, sem os purismos ou fundamentalismos característicos da colonialidade, para a construção de decolonialidades na compreensão do mundo e da vida social” (GUIMARÃES; VESZ, 2019, p. 7-8). Nesse sentido, este artigo argumenta a favor de uma Linguística Aplicada antirracista, decolonial e militante. Para tanto realizo uma análise discursivo-pragmática da trajetória textual de atos de fala relativos à identidades raciais negras e brancas no *facebook* a fim de demonstrar as relações entre linguagem, colonialidade, branquitude e racismo bem como a necessidade de uma perspectiva decolonial de língua na LA. Como aportes teórico-metodológicos tive por base as pesquisas linguísticas no campo aplicado que tem focalizado as relações entre linguagem, racismo e (des)colonialidades (PINTO, 2010, 2011, 2012, 2014a, 2018; MUNIZ; 2016; NASCIMENTO, 2019), as/os autoras/es da crítica decolonial contemporânea (FANON, 2008; KILOMBA, 2019; MIGNOLO, 2006; QUIJANO, 2010) bem como em categorias analíticas oriundas da Antropologia linguística (BAUMAN & BRIGGS, 1990). Concluí que nossas práticas linguísticas são racializadas e por isso a linguagem não pode prescindir de ser analisada em sua articulação com os processos coloniais e com as formas de subjetivação que participa(r)am da construção de corpos e identidades raciais ao longo do sistema-mundo-patriarcal-capitalista-colonial-moderno (GROSFOGUEL, 2010).

Palavras-chave: Linguística aplicada antirracista; branquitude; decolonialidade.

Abstract

In the field of Brazilian Applied Linguistics there are some researches (FERREIRA, 2015; MUNIZ, 2016, 2020; NASCIMENTO, 2019, 2020; SOUZA, 2011, 2020) that mobilize the categories of language, identity and race in a nested way. In addition, in our area, we have had an increasingly decolonial turn () that has sought “alternatives, without the purisms or fundamentalisms characteristic of coloniality, for the construction of decolonialities in the understanding of the world and social life” (GUIMARÃES; VESZ, 2019, p. 7-8). In this

sense, this article argues in favor of an antiracist, decolonial and militant Applied Linguistics. To this end, I conduct a discursive-pragmatic analysis of the textual trajectory of speech acts related to black and white racial identities on Facebook in order to demonstrate the relationships between language, coloniality, whiteness and racism as well as the need for a decolonial perspective of language in LA. As theoretical-methodological contributions, I have based on linguistic research in the applied field that has focused on the relationships between language, racism and (un) colonialities (PINTO, 2010, 2011, 2012, 2014a, 2018; MUNIZ; 2016; NASCIMENTO, 2019), the authors / authors of contemporary decolonial criticism (FANON, 2008; KILOMBA, 2019; MIGNOLO, 2006; QUIJANO, 2010) as well as in analytical categories from linguistic anthropology (BAUMAN & BRIGGS, 1990). I concluded that our linguistic practices are racialized and therefore language cannot do without being analyzed in its articulation with colonial processes and with the forms of subjectivity that participate (r) am in the construction of racial bodies and identities throughout the world-system -patriarcal-capitalist-colonial-modern (GROSFUGUEL, 2010).

Keywords: Applied Linguistics Antiracist; Whiteness; decoloniality.

1 Introdução

Vivemos hoje um cenário mundial em que observamos o ressurgimento e fortalecimento dos ideais do fascismo, do nazismo, do racismo, crises migratórias, erosão das democracias dos governos progressistas na América Latina, o acirramento do discurso de ódio de várias formas, em vários níveis atingindo vários grupos sociais. No Brasil, principalmente a partir de 2016, vivenciamos uma complexa conjuntura econômica, política e social como consequência do golpe disfarçado de *impeachment* sofrido pela ex-presidenta eleita Dilma Rousseff (PT).

Desde o (des)governo de Michel Temer (PMDB) até o atual (des)governo de Jair Bolsonaro (SEM PARTIDO) o ataque aos nossos direitos trabalhistas, “encarados como custos empresariais que devem ser reduzidos para que sobrem recursos para serem acumulados” (MANCEBO, 2017, p.880) tem sido uma constante. Acrescente-se ainda a contínua política de desmonte, por parte do governo federal, das universidades e institutos federais em nosso país com redução de custeio, nomeação de interventores militares para o cargo de reitor e o frequente ataque a autonomia universitária. Importante ressaltar também o crescimento cada vez maior em nosso país do populismo de direita (SILVA, 2019) protagonizado pelo atual presidente da república e aliados.

Tal prática política tem se fortalecido no Brasil, principalmente com uso das redes sociais como o *facebook*, *whatsApp* e *twitter*, em que temos presenciado a mobilização de muitas práticas racistas por meio de postagens que revelam não só uma forma sistemática de discriminação que têm os corpos negros e negras como alvo a fim de inferiorizá-los/las, mas também materializa as conexões entre linguagem, colonialidade, branquitude e racismo. Nesse sentido, este artigo argumenta a favor de uma Linguística aplicada antirracista, descolonial e militante, isto é, uma LA que contribua para a descolonização do nosso conhecimento acerca da linguagem.

Descolonizar aqui tem a ver principalmente com uma tomada de posição de linguistas aplicadas/os, professoras/es de línguas em geral entre outros profissionais da educação, acerca da necessidade de se racializar as práticas linguísticas que servem, entre outras coisas, para manter o privilégio material e simbólico da branquitude sobre negras/os. Pois, como diz o linguista negro Gabriel Nascimento (2019, p.112) “o racismo cria suas marcas também na branquitude. Um Hitler, um Trump ou um Bolsonaro não nascem à toa. Antes do fascismo, o racismo é a condição estruturante que permite que, nessas sociedades, tanto colonizador quanto o colonizado enfrentem os fantasmas da raça criados pelo colonizador”.

O artigo está estruturado em três seções. Na primeira defendo que tem ocorrido uma virada descolonial na LA brasileira e formulamos o que denominamos Linguística Aplicada antirracista, descolonial e militante. Na segunda abordo a postura teórica de entender nossas identidades sociais como sendo performativas, ou seja, produzidas no próprio dizer-fazer e discutimos as identidades raciais para negras/os e para brancas/os no Brasil como performativas vinculando tal processo ao mito da democracia racial e, por fim, na terceira e última seção efetuo a análise discursivo-pragmática da trajetória textual de atos de fala relativos as identidades raciais negras e brancas no *facebook*.

2 Por uma linguística aplicada antirracista, descolonial e militante

A linguística aplicada é uma área de pesquisa que surgiu como “evolução do ensino de línguas nos Estados Unidos durante e após a II Guerra Mundial” (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 11), tendo como objeto a teorização sobre os processos de ensinar e aprender línguas estrangeiras. Essa área do conhecimento é fruto dos avanços da Linguística estruturalista no século XX, tendo seu início nos Estados Unidos a partir de 1940 e depois (na década de 1960) na Inglaterra e no restante do mundo.

No Brasil, desde o fim dos anos 1980, linguistas aplicadas/os começam a conceber língua do ponto de vista performativo, isto é, uma perspectiva de língua em uso e, por conseguinte, de falante enquanto sujeito que faz coisas com/na linguagem¹. Essa visão performativa da linguagem (OTTONI, 1998) começa a ter um grande peso na Linguística Aplicada Brasileira de então, como nos diz Cavalcanti (1986, p. 6) o “percurso de pesquisa em LA tem seu início na detecção de uma questão específica de *uso* de linguagem”. Essa orientação pragmática tem como pressuposto a ideia de que a prática linguística e social é a base de uma pesquisa aplicada no campo da linguagem. Tal postura foi, cumulativamente, rompendo com o caráter meramente aplicacionista e dependente da linguística que sustentou as pesquisas em Linguística Aplicada durante décadas, como já apontou Moita Lopes (2011).

O resultado desta perspectiva pragmática de LA atingiu seu auge nos anos 2000, quando as discussões e publicações neste campo giravam em torno da interdisciplinaridade ao ponto de desaguarmos em uma LA INdisciplinar. De acordo com Moita Lopes (2006), o termo indisciplinar (de)marca a LA não como uma disciplina, no sentido estrito, mas como uma área de estudos que é constantemente atravessada por outras abordagens, tais como os estudos feministas, estudos pragmáticos, estudos *queer*, estudos descoloniais, estudos pós-

¹ O filósofo da linguagem John Langshaw Austin ([1962]1990) elaborou um estudo profundo acerca de enunciados performativos, isto é, enunciados que operam uma ação ao e por serem ditos. Essa investigação ficou conhecida como “Teoria dos Atos de Fala”. Ato de fala é a realização de uma ação por meio de um enunciado performativo. Em “How to do things with words”, traduzido para o português como “Quando dizer é fazer: palavras e ação”, Austin (1962, p.14-15) explica que para que possamos praticar uma ação *na* e *através* da linguagem são necessárias além das palavras performativas, as condições de felicidade de um ato de fala, isto é, as circunstâncias para a execução de um performativo que realizará uma ação. Austin, portanto, não acredita que o sentido das palavras seja uma questão de veracidade ou falsidade, mas tenha relação com a felicidade ou infelicidade no ato de fazer coisas com as palavras.

coloniais e pós-estruturalistas, configurando uma hibridização na produção epistemológica a fim de analisar nossas atuações linguístico-sociais na contemporaneidade.

A meu ver a LA brasileira das últimas décadas tem cada vez mais confirmado a afirmação de XXX (2016) referente a uma virada descolonial no campo aplicado. Temos, faz algum tempo, pesquisadoras/es que percebendo o impacto colonialista na produção do saber sobre a linguagem e a necessidade de descolonizar o pensamento sobre línguas na modernidade colonial têm “suleado” (KLEIMAN, 2013) – orientado para o “sul” – suas investigações². Tem-se “desinventado” (PINTO, 2013) o que se entende por português brasileiro através da “compreensão de que novas teorizações sobre o que consideramos português passam a ser necessárias para lidar com os fenômenos de várias naturezas que o constroem discursivamente no mundo contemporâneo ou que possibilitam vê-lo no passado sob outro olhar” (MOITA LOPES, 2013, p. 19-20).

Entre tais pesquisas, destacamos as publicações de linguistas como Joana Plaza Pinto (2010, 2011, 2012, 2014, 2018), Kassandra Muniz (2016), Gabriel Nascimento (2019), entre outros que têm focalizado as relações entre linguagem, racismo e (des)colonialidades. Pinto (2010) defende a tese de que a língua, enquanto uma noção científica ocidental para investigar a linguagem humana, é mais que um “objeto” (da linguística), ela é uma invenção política-linguística-retórica (RAJAGOPALAN, 2014) e argumenta que a língua deve ser vista como parte fundamental dos processos de hierarquização violentos e naturalizados por meio das relações de poder sustentadas pela colonialidade, isto é, pela continuidade das relações coloniais nas relações contemporâneas. Quando falo em colonialidade estou fazendo referência a uma estrutura de dominação social que se organiza racialmente.

² Boaventura Sousa Santos e Maria Menezes (2010, p.19) explicam que esse “Sul” “é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo”. Trata-se de um conjunto de intervenções epistemológicas que tem se desenvolvido na América Latina com a preocupação em, por um lado, denunciar a colonialidade do saber na produção do conhecimento e por outro, em constituir uma rede de intervenção horizontal em que todas as formas de conhecimento, inclusive os saberes produzidos pelos sujeitos “socialmente excluídos” (SANTOS, 2010, p. 50), possam dialogar.

O *colonialismo*, para o sociólogo peruano Anibal Quijano (2010, p. 84), pode ser definido como “uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial”. Em outro texto o mesmo autor chega a afirmar que na América Latina, o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade (QUIJANO, 2005). Na esteira destas investigações, o filósofo argentino Walter Mignolo (2006, p.15) aponta que a *colonialidade* se mostra em três níveis: colonialidade do poder (economia e política); colonialidade do saber (*posicionamento epistêmico-filosófico-científico, racial, e visão da relação entre línguas e conhecimento*); e, colonialidade do ser (subjetividade e controle da sexualidade e dos papéis atribuídos aos gêneros).

As pesquisas produzidas por Joana Plaza Pinto e as/os demais linguistas aplicadas/os anteriormente citadas/os, estão, portanto, relacionadas diretamente a colonialidade do saber, uma vez que tais estudos demonstram que as relações raciais estruturam as nossas práticas linguísticas e, sendo assim, faz-se necessário, a nosso ver, *descolonizar a noção de língua* herdada da tradição eurocêntrica, visando à construção de novas configurações de conhecimento e de poder acerca de nossas práticas linguístico-identitárias. Como afirma Pinto (2010), “a língua é, então, um elemento das redes de poder instauradas nos processos coloniais de racialização. Usar uma ou outra língua, falar de uma forma ou de outra, falar *melhor* ou *pior*, equivale a ocupar ou interpelar uma posição nas relações raciais” (PINTO, 2010, p.73).

O médico e psiquiatra negro martinicano Frantz Fanon (1925-1961) e a psicanalista angolana, artista interdisciplinar e feminista negra Grada Kilomba nos mostram também como linguagem e colonialidade estão imbricadas bem como porque devemos descolonizar nosso conhecimento, principalmente acerca do que vem a ser língua. Fanon em seu seminal *Pele negra, máscaras brancas* ([1952]2008) realiza um profundo estudo psico-filosófico acerca da dinâmica das relações entre brancos e negros no contexto colonial europeu, na segunda metade do século XX. De forma específica, ele se debruça acerca da questão do debate contra

o racismo e contra a política neocolonial dos países europeus sobre a África no século XX. Sua tese central é a de que as relações entre brancos e negros nesse contexto seriam caracterizadas por um duplo narcisismo: o branco escravizado por sua brancura, o negro escravizado por sua negrura.

No primeiro capítulo desta obra (“Pele Negra, máscaras brancas”), intitulado *O negro e a linguagem*, Fanon se vale de uma abordagem com foco no uso da língua entre colonizador e colonizados para introduzir sua tese acerca do complexo de inferioridade por parte do negro. Diz ele que “todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana” (FANON, 2008, p. 34).

Essa afirmação nos leva a entender que este intelectual negro apontava já a relação entre linguagem, relações raciais, racismo e a colonização. Pinto (2010, p. 72) vai mais além afirmando que “as relações raciais estruturam as práticas linguísticas, na medida em que tais relações foram construídas no processo colonial que alçou certas culturas ocidentais à condição hegemônica e suas línguas se tornaram ícone dessa hegemonia”. As línguas, portanto, estão diretamente ligadas a lugares geopolíticos e a um contexto hegemônico ou subalterno que constituirão sujeitos coloniais ou subalternizados (SPIVAK, 2010).

É exatamente nesse ponto que Franz Fanon e Joana Plaza Pinto convergem com Grada Kilomba, especificamente em sua obra *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), pois já na introdução lemos que “a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade (KILOMBA, 2019, p. 14). Aqui é possível observar que para esta autora negra, a língua define lugares identitários delineando quem é subjetivado como colonizador/a ou como colonizado/a.

A obra, como bem demarca o título, trata de nossas memórias coloniais analisando, por meio da psicanálise, do feminismo negro e das teorias pós-coloniais, narrativas de

mulheres negras para discutir as relações entre racismo, gênero, branquitude³, memória/trauma colonial e descolonização do conhecimento.

Importante ressaltar a relação da definição de racismo cotidiano elaborada por Kilomba – que incorpora os efeitos do colonialismo - com a participação da linguagem nessa prática violenta. Para a autora,

o racismo cotidiano refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o *sujeito negro* [...] não só como “Outra/o” – a diferença contra a qual o *sujeito branco* é medido - mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade *branca*. Toda vez que sou colocada como “outra” – seja a “outra” indesejada, “outra” intrusa, a “outra” perigosa, a “outra” violenta, a “outra” passional, seja a “outra” suja, a “outra” excitada, a “outra” selvagem, a “outra” natural, a “outra” desejável ou a “outra” exótica -, estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo com o que o *sujeito branco* não quer ser reconhecido. Eu me torno a/o “Outra/o” da branquitude, não o eu – e, portanto, a mim é negado o direito de existir como igual” (KILOMBA, 2019, p.78 – grifos da autora).

Observamos, portanto, que a linguagem para Fanon e para Kilomba é compreendida em sua articulação com os processos coloniais e com suas formas de subjetivação que participam da construção dos corpos e identidades . Se nossas práticas linguísticas são racializadas e, por outro lado, se a tarefa da/do linguista aplicada/o é investigar a língua enquanto prática social, faz-se necessária uma LA que tenha um caráter antirracista, isto é, uma LA que contribua para a descolonização do conhecimento acerca da linguagem. “Descolonizar o conhecimento significa criar novas configurações de conhecimento e de poder” (KILOMBA, 2019, p.18). Troquemos o vocabulário, o modo de pensar colonial por um descolonial. Eis o convite para a prática de uma Linguística aplicada antirracista.

³ Branquitude é um termo usado por várias/os pesquisadoras/es (BENTO, 2000; CARDOSO, 2010; SHUCMAN, 2018; SCHWARCZ, 2008, entre outras/os) ligados aos Estudos Críticos da Branquitude (*Critical Whiteness Studies*) para nomear a “racialidade do branco, configurando uma visão de mundo, um posicionamento de vantagens calcado no silêncio e omissão (diante do racismo) por um lado, e por outro, na prática discriminatória sistemática com vistas a conseguir e manter situações de privilégio que impregna a ação e o discurso; e que justifica/ mantém/ reproduz as desigualdades raciais [...]” (BENTO, 2002, p.14). Portanto, ser socialmente lido como branca/os em um país racista como o Brasil é ter vantagens materiais e simbólicas, é ter privilégio racial. No entanto, há que se pontuar a diferença entre a branquitude acrítica e a branquitude crítica (CARDOSO, 2010, p.610). A primeira “refere-se a branquitude individual ou coletiva que sustenta o argumento em prol da superioridade racial branca” enquanto a segunda “refere-se ao indivíduo ou grupo branco que desaprovam publicamente o racismo”.

Uma linguística aplicada antirracista deve ser militante. No sentido de que as/os linguistas aplicadas/os devem comprometer-se com a militância política na e através da linguagem; devem colaborar para a transformação das pessoas que são oprimidas e ainda tratadas em pesquisas, principalmente em boa parte dos estudos no campo aplicado, como “objeto” ou “informante”, lutando para que estas pessoas tornem-se as próprias produtoras de saber. Devem, por fim, ser intelectuais que transgridem (bell hooks, 2013). *O intelectual é aquele que transgride porque a academia é hegemonicamente branca e eurocêntrica* e, à medida que intelectuais negras/os passam a ocupar esses espaços e (com suas pesquisas) a questionar esse modo colonializante – porque excludente - de ciência, estarão transgredindo tais normas (XXX, 2019).

Praticar uma LA antirracista é também, no caso de pesquisadoras/es brancas/os, assumir a ação de sua branquitude na reprodução do racismo e, enquanto *branquitude crítica* (CARDOSO, 2010), contribuir para uma educação antirracista no sentido de promover “uma mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico” (GOMES, 2012, p.105) que rompa com o modelo eurocêntrico, quiçá racista de conhecer; uma educação antirracista tem por base uma visão contracolonial, como defende o intelectual negro e quilombola Antônio Bispo dos Santos (SANTOS, 2015).

3 Performatividade e identidades negras no Brasil

O que entendemos por *identidade social* é uma construção social, cultural, linguística e histórica. Ao entender que a identidade é um construto e que esta construção se efetiva no âmbito da língua(gem) linguistas aplicadas/os (RAJAGOPALAN, 2003; 2004; RAJAGOPALAN; FERREIRA, 2016, entre outros/as) têm proposto que as nossas identidades são negociadas no âmbito da representação, ou como alguns dizem, de uma política de representação cultural. Nesse contexto, a linguagem assume um papel de suma importância na construção de nossas identidades sociais, pois é nas e através das nossas práticas linguísticas que nós nos construímos em relação ao outro e o outro em relação a nós. Numa frase, nossas

identidades são construídas discursivamente. Se há identidades e não (uma) identidade, é coerente defendermos o uso do termo no plural.

Nossas identidades se relacionam com a representação/construção que o outro faz de nós e esse processo é realizado linguisticamente a partir das consequências produzidas pelo nosso dizer. Nossas identidades são construídas performativamente, isto é, somos sempre efeitos tanto de nossos como de outros atos de fala que reiteradamente postulam o que nós estamos sendo. Nossas performances identitárias resultam, portanto, dos efeitos de nossas interações sociais praticadas no dia a dia. Em uma perspectiva pragmática de linguagem, “identidades são performativas, ou seja, são efeitos de atos que impulsionam marcações em quadros de comportamentos (fala, escrita, vestimentas, alimentação, cultos, elos parentais, filiações, etc.)” (PINTO, 2002, p.96).

Com outras palavras, atos de fala operam um conjunto de marcadores de diferença social que são constitutivos do processo identitário, tais como raça, gênero e classe. Percebemos então que as noções de sujeito e de identidade caminham juntas quando falamos de representação e ação na linguagem. Portanto, tratar dos processos de identificação é tratar da forma como nomeamos os outros e como os outros nos nomeiam. Bhabha (2013, p. 84) contribui também neste aspecto quando afirma que “a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada [...] é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem”.

No que se refere à identidade negra no Brasil, tornar-se negro, como já disse a psicóloga negra Neusa Santos Souza em sua famosa obra *Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro Brasileiro em Ascensão Social* (1983, p.18), por um lado “é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em sua potencialidade.”

Ser negra/o no Brasil, mesmo diante das vitórias significativas do movimento negro nas últimas três décadas como a conquista do Estatuto da Igualdade Racial, das Leis federais 10.639/2003, da lei 12.711/2012 (a lei de cotas raciais para ingresso em concursos públicos) e

demais políticas de ações afirmativas para a população negra, é uma eterna luta cotidiana, pois nosso país ainda ensina a nós, negros/as, que para sermos aceitos/as “é preciso negar-se a si mesmo” (GOMES, 2005, p.43) vivendo submetido/a as exigências do outro; o branco colonizador.

Submetido/a a identificações tais como morena/o, mulata/o mestiça/o, sarará, etc, que não são outra coisa a não ser resultado do *mito da democracia racial* (SALES JÚNIOR, 2006; GUIMARÃES, 2008; MUNANGA, 2004) que defende e reproduz a ideia de que “somos todos mestiços” (e/ou iguais em termos raciais) e portanto, “não existe discriminação racial no Brasil”. A construção do mulato, por exemplo, como bem argumenta o historiador negro Petrônio Domingues (2005), foi uma saída para criar e difundir a ilusão de que no Brasil não existem distinções de raça.

Se os processos de marcação identitária, como vimos anteriormente, são realizados por nós através das representações que construímos de nós e dos outros (e destes sobre nós) e estas imagens são articuladas a partir e nos usos que fazemos da linguagem, é válido indagar sobre como corpos negros/os e brancos/os são (re)produzidos cotidianamente, principalmente em redes sociais.

4 Racismo e branquitude em redes sociais e suas implicações sociais

Nesta seção efetuamos uma análise discursivo-pragmática de corpos racialmente situados na mídia brasileira (redes sociais) a fim de discutir de que maneira os elementos linguístico-discursivos constituintes das ordens de indexicalidade⁴ que compõem textos que circulam em

⁴ De acordo com antropólogo linguista Michel Silverstein “[...] ordem indexical é o conceito necessário para nos mostrar como relacionar o microssocial às estruturas macrossociais de análise de todo fenômeno sociolinguístico” (SILVERSTEIN, 2003, p. 193 – tradução minha). Jan Blommaert (2010) retoma a reflexão inaugurada por Silverstein e propõe que a noção de ordens de indexicalidade faz referência a submissão de qualquer produção semiótica a normas que - impostas pelas sociedades ou pelo próprio discurso - regem, controlam, disciplinam os processos de coconstrução do sentido.

redes sociais atuam na reprodução, manutenção e/ou transformação do racismo por meio da manutenção do privilégio branco.

Muitas/os linguistas aplicadas/os brasileiras/os (XXX; ALENCAR, 2017; SILVA, 2014, 2015; MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2018) têm cada vez mais incorporado em suas análises categorias oriundas das formulações efetuadas por antropólogas/os linguistas para focalizar a mobilidade textual no estudo da linguagem, especificamente, para compreender os processos de transformação do discurso atentando, a um só tempo, para o micro e macro contexto de circulação desses discursos.

Compreender tais processos de transformação da interação requer a percepção de que todo uso linguístico é indexical, isto é, não são apenas os elementos dêiticos que indiciam (indexalizam/ “apontam para”) os contextos aos quais se referem, mas *todo uso linguístico é indexical* no sentido de que nossos usos linguísticos trazem sempre as marcas dos contextos para os quais apontam. O valor indexical das palavras tem a ver, então, com a forma como indexamos significados através da linguagem nos contextos de uso, tem a ver com o modo como ordenamos social e culturalmente nossas atividades discursivas no mundo e com as escolhas linguísticas que realizamos em determinadas situações comunicativas.

Signorini (2008, p.137) ecoando Peirce nos diz que “uma forma linguística é indexical quando há uma relação de contiguidade com seu objeto [...] ou seja, o indexical e o que ele indexa estão ‘de alguma forma co-presentes no contexto de fala’”. Conceber a propriedade indexical em nossas práticas linguísticas é atentar para a tese de que textos e contextos estão sempre em movimento, em fluxo e sendo assim, não há como sustentar a ideia, muito difundida no senso comum de que “há um contexto por trás das palavras”, pois textos e seus contextos viajam no tempo/espaço (BLOMMAERT, 2010).

Nesse sentido, como uma forma de operacionalizar a LA antirracista apresentada na seção anterior, selecionei as categorias de entextualização e reentextualização postuladas pelos antropólogos linguistas Richard Bauman & Charles Briggs (1990). A ideia central é a de que um texto/discurso ao ser descontextualizado (deslocado do seu contexto inicial),

entextualizado (viajar por entre contextos) e reentextualizado em outra situação comunicativa se transforma em outro texto, apesar de carregar consigo as propriedades indexicais do contexto inaugural.

Desse modo, se dizer é fazer, e se esse fazer se materializa sempre em atos, em performances, podemos dizer que uma “dada performance está ligada a vários eventos de fala que a procedem e sucedem (performances passadas, leituras de textos, negociações, ensaios, fofoca, relatos, críticas, desafios, performances subsequentes, e similares)” (BAUMAN; BRIGGS, 1990, p. 188). Estes eventos mencionados pelos autores materializam trajetórias de um ato de fala em sua cadeia de várias entextualizações e sucessivas reentextualizações. Entextualizar discursos é, então,

o processo de tornar o discurso passível de extração, de transformar um trecho de produção linguística em uma unidade – um texto – que pode ser extraído de seu cenário interacional. Um texto, então, nesta perspectiva, é discurso tornado passível de descontextualização. Entextualização pode muito bem incorporar aspectos do contexto, de tal forma que o texto resultante carregue elementos da história de seu uso consigo. Fundamental para o processo de entextualização é a capacidade reflexiva do discurso, capacidade que este compartilha com todos os sistemas de significação, de virar-se ou dobrar-se sobre si mesmo, de tornar-se um objeto de si mesmo, de referir-se a si mesmo (BAUMAN; BRIGGS, 1990, p. 206 - grifo nosso).

Silva (2014, p. 68) afirma que a entextualização captura “os sentidos da relativa autonomia das unidades linguísticas de se tornarem textos, no trânsito de um contexto a outro”. O processo de entextualizar está relacionado à trajetória de textos, discursos, imagens, corpos e identidades, à viagem deles no tempo/espaço (BLOMMAERT, 2010).

Passemos agora para a análise de uma postagem no *facebook* relativa à maneira como ela entextualiza atos de fala que racializam corpos negros e brancos. Nosso interesse é analisar como a trajetória textual de atos de fala relativos a corpos negros e brancos atuam na produção performativa de identidades racializadas. Vejamos o texto a seguir que circulou durante alguns dias do mês de setembro de 2015 no *Facebook*:

Figura 1 – Representação discursiva de corpos negros e brancos

**FONTE:**

<https://www.facebook.com/763835357011606/photos/a.821433841251757.1073741828.763835357011606/949103895151417/?type=3&theater> – acessado em 22 set. 2015.

É possível observar que se trata de um *meme*, ou seja, textos multimodais (KRESS; van LEEUWEN, 2001) produzidos no formato de sátiras para serem compartilhados e transitarem em redes sociais. Os *memes* constituem-se da mesclagem de diversos gêneros discursivos (charges, tirinhas, fotos, trechos de outros textos etc.) e das diversas formas textuais (LIMA; LIMA, 2017). No *meme* acima podemos notar (na parte superior) que há a representação de uma revista pessoal por parte da polícia militar. Aparecem quatro policiais revistando homens negros ao lado de um ônibus. A legenda segue com o ato de fala “Se é negro e pobre, leva baculejo antes de chegar na [sic] praia só porque saiu da periferia”.

Visualizar o processo de entextualização discursiva é perseguir as trajetórias de um ato de fala em sua cadeia de várias entextualizações e sucessivas reentextualizações. Com outras palavras, é perseguir os rastros, as pistas da circulação de um dado ato de fala. Nesse sentido, é possível observarmos que a significação neste *meme* é alcançada não só pela relação de condicionalidade estabelecida entre ser negro e pobre e ser da periferia que resulta em levar “baculejo” da polícia, mas principalmente pela forma como o *meme* reentextualiza o discurso

da relação direta entre negritude/favela/pobreza/crime fazendo-o viajar do seu contexto inicial (anos 1990) até o ano de 2015, ano em que é recontextualizado no facebook.

Lopes (2010), ao pesquisar sobre o funk carioca no Rio de Janeiro demonstra que tal associação, no Brasil, entre negritude/favela/pobreza/crime remonta a década de 1990, em que o jovem negro da favela ou o funkeiro “vai sendo apresentado à opinião pública como um personagem ‘maligno/endemoniado’ e, ao mesmo tempo, paradigmático da juventude da favela, vista como revoltada e desesperançada” (HERSCHMANN apud LOPES, 2010, p. 34). Segundo esta linguista, os chamados arrastões - “uma suposta ‘invasão’ de uma das praias mais famosas do Rio de Janeiro por centenas de jovens funkeiros, habitantes de favelas, que, segundo os jornais, só estavam lá para saquear os banhistas de classe média” (LOPES, 2010, p.34) - contribuíram significativamente para a produção desta marca que foi colada ao corpo masculino negro.

A felicidade (AUSTIN, 1962), portanto, desta relação condicional é estabelecida por meio da entextualização desta marca sociorracial (negro+pobre+favelado+criminoso) que viajou no tempo e no espaço por meio de vários atos de fala que constituem principalmente as ordenações indexicais constitutivas da mídia impressa dos anos 1990 até meados de 1996 (“Movimento funk leva desesperança” – Jornal do Brasil de 25/10/1992; “Funkeiros apedrejam ônibus e ferem 3”, O Globo, 10/08/1993; “Febre funk já matou 80”, O Dia, 12/09/1996).

Essa é a cadeia de várias entextualizações do ato de fala “Se é negro e pobre, leva baculejo antes de chegar na [sic] praia só porque saiu da periferia” constituindo-se em uma marca de diferença e hierarquia corporal (PINTO; AMARAL, 2016) sintetizada também na máxima: todo homem negro e pobre é ladrão, logo, deve levar baculejo da polícia (Até quando?).

Hierarquia porque corpos brancos, isto é, a branquitude por seu turno não é marcada desse modo. No mesmo *meme* a postura dos policiais sugere que eles ignoraram o fato de corpos brancos cometerem algum crime, alguma infração. Note que o ato de fala “Se é branco e classe-média, sequer é impedido de cometer crime na frente da polícia” associado à imagem

de dois corpos brancos masculinos destruindo a janela de um transporte público apresenta exatamente aquilo que constitui a identidade racial branca, o privilégio simbólico e material.

Mesmo “[...] em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa” (BENTO, 2010, p. 27). A brancura, ou seja, o fenótipo branco funciona como um dispositivo de poder que situa os corpos lidos socialmente como brancos em um lugar de poder e de autoridade. De acordo com Kilomba (2019, p. 56 – grifos do original), tal “[...] hierarquia introduz uma dinâmica na qual a *negritude* significa não somente ‘inferioridade’, mas também, ‘*estar fora do lugar*’ enquanto a branquitude significa ‘*estar no lugar*’ e, portanto, ‘superioridade’”.

Desse modo, a ordem indexical racista que orientou os sentidos oriundos dos atos de fala que correlacionam ser negro e pobre a ser um provável delinquente é a mesma ordem indexical que orienta sentidos que marcam corpos brancos. No entanto, aqui a *raça* (principalmente por conta da colonialidade que penetra nossas relações sociais) funciona não para inferiorizar, mas para criar uma superioridade.

Portanto, o ato de fala “Se é branco e classe-média, sequer é impedido de cometer crime na frente da polícia” entextualiza discursos oriundos da época da escravização⁵ que materializa(va)m as relações coloniais de subordinação (do colonizador branco sobre o colonizado/a negro/a), silenciamentos e principalmente, a autoridade racial, na medida em que a branquitude (neste caso o homem branco de classe-média brasileira) raramente será reconhecida como sujeitos que devem levar um baculejo da polícia, uma vez que no “[...] racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão ‘fora do lugar’ e, por essa razão corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão ‘no lugar’, ‘em casa’, corpos que sempre pertencem” (KILOMBA, 2019, p. 56).

⁵ Empregamos o termo escravização no lugar de escravidão como um uso descolonial da linguagem. Optamos por isto também tendo por base o que Kilomba (2019, p. 20) explica acerca da diferença entre “escravizada/o” e “escrava/o”. Segundo a autora escravizada/o “descreve um processo político ativo de desumanização, enquanto escrava/o descreve o estabelecimento de desumanização como a identidade natural das pessoas que foram escravizadas”.

5 Considerações finais

Iniciamos este texto apresentando a nossa perspectiva de uma Linguística Aplicada antirracista, descolonial e militante. Prosseguimos com a explicitação de que nossas identidades sociais são produzidas performativamente e em seguida discutimos as identidades raciais para negros/as e para brancos/as no Brasil como efeito dos discursos produzidos sobre as significações a respeito do que é ser negro, do que é ser branco em um país racista como o Brasil, e por fim, realizamos a análise discursivo-pragmática da trajetória textual de atos de fala relativos à identidades raciais negras e brancas no *facebook*, especificamente analisamos como um *meme* entextualizou e reentextualizou discursos que ao circularem produzem uma marca de diferença e hierarquia corporal entre identidades negras e identidades brancas.

Com a análise demonstramos como nossas práticas linguísticas são racializadas apontando de que modo as relações raciais estruturam as nossas atividades linguísticas, o que nos traz a necessidade de, em nossas análises linguísticas, atentarmos para a forma como os processos coloniais (quer queiramos ou não) constituem não apenas nossas relações sociais, mas também a forma como estabelecemos nossas identidades corporificadas e generificadas.

Outra conclusão é de que as categorias de raça, gênero e classe social estão imbricadas na produção de identidades sociais, uma vez que “no Brasil, por exemplo, é impossível falar em ‘estereótipos de gênero’ sem considerar ‘estereótipos raciais’, já que a constituição do tecido sociocultural nacional se deu na intersecção de gênero, sexualidade, raça e classe” (PINTO, 2014b, p.113). Com a análise do *meme* foi possível perceber, por exemplo, como raça, gênero e classe se interseccionam para produzir corpos masculinos negros ou brancos, pobres/da periferia ou de classe média “dentro” e “fora” do lugar.

Referências

ALMEIDA FILHO, José. Linguística Aplicada, aplicação de linguística e ensino de línguas. In: KLEIMAN, A; CAVALCANTE, M. (Org). **Linguística Aplicada, Ensino de Línguas e Comunicação**. Campinas - SP: Pontes, 2005, p. 11-21.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo. Pólem, 2019.

AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles. Poética e Performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. Trad. Vânia Z. Cardoso. **ILHA** (Revista de Antropologia), 1990, p. 185-229.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. CARONE, I; BENTO, M. (Orgs). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila [et. al]. 2 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

BONFIM, Marco A L; ALENCAR; Claudiana. Trajetórias textuais, indexicalidade e recontextualizações de resistência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 18, 2017. p. 27-44.

BONFIM, Marco A L. **Pragmática dos corpos militantes no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Ceará**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE. Fortaleza, 2016.

BLOMMAERT, Jan. **A sociolinguistics of globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, 2010. p. 607-630.

CAVALCANTI, Marilda. A propósito de linguística aplicada. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, n. 7, v.2. p.5-12, 1986.

CORREA, Djane; FRAGA, Letícia; COUTO, Lígia; BRAGA, Luciamar (Orgs). **O sujeito acadêmico**: descolonização do conhecimento? Campinas: Pontes, 2019, v.1, p. 127-146.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil. **Dialogos Latinoamericanos**, Dinamarca, v. 10, n.10, p. 117-132, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil. **Educação antirracista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Ministério da Educação e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

GOMES, Nilma. Entrevista. **Revista Linguagem em Foco**. v.8, n.2. Fortaleza, 2016.p.115-122.

GOMES, Nilma. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, 2012. p. 98-109

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SOUSA SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p.455-491.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Cor e raça: Raça, cor e outros conceitos analíticos. In PINHO, O; SANSONE, L. (Orgs.). **Raça**: novas perspectivas antropológicas. 2 ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.p.63-82.

GUIMARÃES, Thayse; VESZ, Fernando. Apresentação: práticas linguísticas e construção de (des)colonialidades na contemporaneidade. Dossiê Práticas linguísticas e (Des)colonialidades. **RAÍDO**, v.13, n.33, 2019. p.7-9.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.

KLEIMAN, Ângela. Agenda de pesquisa e ação e Linguística Aplicada: problematizações. In: MOITA LOPES, L. P. (Org). **Linguística aplicada na modernidade recente**: festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013.p.39-58.

KRESS, Gunter; Van LEEUWEN, T. **Multimodal Discourse**: The Modes and Media of Contemporary Communication. London: Arnold, 2001.

LIMA, Ana Maria; LIMA, GONÇALVES, Carla Jéssica. A argumentação como proposta discursiva dos memes. **Revista Tecnologias na Educação**, v. 19, p. 1-13, 2017.

LOPES, Adriana. **Funk-se quem quiser no batidão negro da cidade carioca**. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem/ IEL, Universidade Estadual de Campinas/ UNICAMP, 2010.

MANCEBO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Revista Educação e Sociedade**, v.38, n.141, out-dez, 2017.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar**. (Trad.: Solange Ribeiro de Oliveira). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. (Org.). Como e porque teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. (org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada indisciplinar. PEREIRA, R. C.; ROCA, P. (Org). **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2011. p.11-24.

MOITA LOPES, Luiz Paulo; FABRÍCIO, Branca. Viagem textual pelo sul global: ideologias linguísticas *queer* e metapragmáticas translocais. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 18, n. 3, set./dez. 2018. p. 759-784.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUNIZ, Kassandra. Ainda sobre a possibilidade de uma linguística “crítica”: performatividade, política e identificação racial no Brasil. **DELTA**, n.32, 2016.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

OTTONI, P. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

PINTO, Joana . Modernidade e diferença colonial nos discursos hegemônicos sobre língua no Brasil. **Muitas Vozes**, v. 1, p. 171-180, 2012.

PINTO, Joana. Da língua-objeto à práxis Linguística: Desarticulações e Rearticulações contra hegemônicas. **Revista Linguagem em Foco**. Fortaleza, 2010.p.69-83.

PINTO, Joana. **Estilizações de gênero em discurso sobre linguagem**. Campinas. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem/ IEL, Universidade Estadual de Campinas/ UNICAMP, 2002.

PINTO, Joana. Gênero e suas articulações para igualdade e pluralidade na educação linguística. FERREIRA, A; JOVINO, I; SALEH, P. (Orgs). **Um olhar interdisciplinar acerca de identidades sociais de raça, gênero e sexualidade**. Campinas: Pontes, 2014b.p.103-122.

PINTO, Joana. Hegemonias, contradições e desafios em discursos sobre língua no Brasil. CORREA, Djane (Orga). **Política linguística e ensino de língua**. Campinas-SP: Pontes, 2014a.p. 59-72.

PINTO, Joana. Ideologias linguísticas e a instituição de hierarquias raciais. **Revista ABPN**, v. 10, p. 704-720, 2018.

PINTO, Joana. Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo. (Org.) **O português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2013. p.120-143.

PINTO, Joana; AMARAL, Daniella. Corpos em trânsito e trajetórias textuais. **Revista da ANPOLL** (Online), v. 1, p. 151-164, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p.84-129.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, E (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005.p.107-130.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A pesquisa política e socialmente comprometida em pragmática. SILVA, D.; ALENCAR, C.; FERREIRA, D. (Orgs.). **Nova Pragmática**: modos de fazer. São Paulo: Cortez, 2014.p.101-126.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Resposta aos meus debatedores. In: RAJAGOPALAN, K; LOPES, F. (orgs.). **A linguística que nos faz falhar**: uma investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, 2004. p. 166-128.

RAJAGOPALAN, Kanavillil; FERREIRA, Dina (Orgs). **Políticas em linguagem**: perspectivas identitárias. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

SALES JÚNIOR, R. Democracia racial: o não-dito racista. **Revista Tempo Social**, v.18, n.2, nov. São Paulo, 2006.p. 229-258.

SANTOS, Antonio Bispo. **Colonização, quilombos, modos e significados**. Brasília, 2015.

SCHUCMAN, Lia. Branquitude e Privilégio. In: Maria Lucia da Silva; Marcio Farias, Maria Cristina Ocaris, Augusto Stiel Neto. (Org.). **Violência e Sociedade: O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo Brasileiro**. 1ed.São Paulo: Editora Escuta, 2018, v. 1, p. 137-150.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**.7.ed. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SIGNORINI, Inês. Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise. In: Inês Signorini. Org. **Situar a língua[gem]**. São Paulo: Parábola, 2008.

SIGNORINI, Inês. Política, língua portuguesa e globalização. In: MOITA LOPES. (Org.) **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013a.pp.74-100.

SILVA, Daniel. Enregistering the nation: Bolsonaro's populist branding of Brazil. **Urban Language & Literacies**, v. 252, 2019. p.1-27.

SILVA, Daniel. 'A propósito de Linguística Aplicada' 30 anos depois: quatro truísmos correntes e quatro desafios. **DELTA**, vol.31, p.349-376, 2015.

SILVA, Daniel. O texto entre a entextualização e a etnografia: um programa jornalístico sobre belezas subalternas e suas múltiplas recontextualizações. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC.v.14,n.1, 2014.p.67-84.

SILVERSTEIN, Michel. Indexical order and dialectics of sociolinguistic life. **Language & Communication**, v. 23, n. 3-4, p 193-229, Jul.-Out. 2003.

SOUSA SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Neusa. **Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro Brasileiro em Ascensão Social**. Rio e Janeiro: Edições Graal,1983.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.